

# Economia

Instituto Jones dos Santos Neves  
Biblioteca

14

BILHÕES DE REAIS EM DÍVIDAS COM O INSS. Esse é o valor das dívidas dos municípios que serão refinanciadas, estima a Receita. Desse total, R\$ 6,2 bi são dívidas de 1.630 cidades.

**Anúncio.** Pacote da habitação será anunciado amanhã. Ideia é construir 1 milhão de casas até 2010

## Prefeitos cortarão impostos para baratear a casa própria

**Prefeituras querem dinheiro do pacote. Em Vitória, a promessa é zerar o IPTU e o ISS**

**ABDO FILHO**  
afilho@redgazeta.com.br

■ ■ Menos impostos, mais casas. Atendendo a um pedido do governo federal, os prefeitos da Grande Vitória vão passar a tescora nos tributos municipais. O objetivo é baratear os custos do mercado de imóveis e viabilizar o pacote da habitação que, enfim, parece que vai sair do discurso. O anúncio das medidas deve ser feito amanhã em Brasília.

Querendo evitar uma "concorrência" pelos recursos do pacote, os prefeitos da Região Metropolitana ensaiam um acordo para reduzir de maneira igualitária dos impostos municipais que incidem sobre a habitação. A proposta é do prefeito de Cariacica, Hélder Salomão. "Quero conversar com os demais prefeitos da Grande Vitória para que adotemos políticas semelhantes de desoneração".

Segundo Salomão, os municípios vão reduzir Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Impostos Sobre Serviços (ISS) e Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), tributos que incidem diretamente no setor imobiliário. Vale destacar que a redução desses impostos só valerá para empreendimentos habitacionais incluídos no pacote do governo, que visa à construção de 1 milhão de uni-

### As medidas para a habitação

O que o governo estuda para beneficiar as classes baixa e média durante o financiamento de imóveis

#### Os números do pacote

O que deve ser anunciado amanhã e os déficits no país e no Estado

R\$ 80 bilhões

é o volume de recursos que o governo federal pretende usar no pacote da habitação

1 milhão de casas

é o número de unidades para famílias com renda até 10 salários mínimos que o governo federal quer financiar com esse pacote da habitação

8 milhões de unidades

é o tamanho do déficit habitacional em todo o Brasil

200 mil unidades

é o déficit habitacional do Espírito Santo

#### QUEM GANHA: BAIXA RENDA

■ **Injeção de R\$ 80 bilhões em recursos da União e do FGTS, em 2009 e 2010, para garantir a aquisição de moradias pela baixa renda**

■ **A intenção é atingir a meta de 1 milhão de novas casas**

■ **Criação do Fundo Garantidor, com até R\$ 1 bilhão do Tesouro Nacional, pelo qual serão cobertas as parcelas atrasadas caso o tomador fique sem honrar o pagamento por perda de emprego ou qualquer outro motivo**

■ **No modelo desenhado até**

**agora, a cada dois anos o mutuário poderia ficar inadimplente, sem ônus, por três meses**

■ **Com o Fundo Garantidor, o governo quer estimular o financiamento de 100% do valor do imóvel nas linhas do FGTS - já permitido, mas não praticado devido ao risco**

■ **O alvo dessas linhas, hoje, são as famílias com renda até R\$ 1.865 mensais**

■ **Concessão de carência durante a construção de imóveis populares para os compradores**

■ **O financiamento não**

**começaria a ser pago logo no início das obras**

■ **Cessão de imóveis e terrenos públicos para a construção de moradias populares**

■ **Ampliação do microcrédito para a compra de materiais de construção**

■ **Agilização do Construcard, o crédito de materiais de construção da Caixa**

■ **O Construcard já teve o limite de empréstimo elevado, para famílias com renda mensal até R\$ 1,9 mil, de R\$ 7 mil para R\$ 25 mil**

■ **Desoneração de materiais de construção** cimento, azulejos, louças, vidros e telhas - que varia entre R\$ 600 milhões e R\$ 1,1 bilhão

#### QUEM GANHA: CLASSE MÉDIA

■ **Dedução de parte dos juros pagos em financiamento habitacional da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física**

■ **Redução das alíquotas do Regime Especial de Tributação - que reúne IPI, PIS, Cofins, IRPJ e CSLL - do patrimônio de afetação (contabilidade separada do empreendimento em construção). Cairiam de 7% para 6%, sendo de 7%**

**para 0% no caso da habitação de interesse social**

■ **Aumento de 80% para 90% do valor do imóvel a ser financiado pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE)**

■ **Aumento de R\$ 350 mil para R\$ 500 mil do valor máximo do imóvel a ser financiado com o FGTS do mutuário - linhas do FGTS e do SBPE**

■ **Permitir que a contribuição que as empresas recolhem ao FGTS vá direto para o banco onde o funcionário fez o financiamento habitacional, a fim de amortizar as parcelas.**

A Gazeta - Ed. de Ade - Genildo

dades, voltadas para famílias com renda de até 10 salários mínimos, até o fim de 2010. Entre subsídios e financiamentos, devem ser empenhados cerca de R\$ 80 bilhões até lá.

O prefeito de Vitória, João Cozer, sinaliza com a possibilidade de zerar o ISS e o IPTU. "Faremos tudo o que for preciso para facilitar. Além de desonerar, investiremos em infraestrutura". O prefeito de Vila Velha, Neucimar Fraga, também confirmou o corte. "O município vai dar a sua colaboração. Vamos reduzir IT-BI, ISS e IPTU", promete.

Os municípios terão papel importante no pacote habitacional. Além de reduzir tributos, as prefeituras ficarão responsáveis por dar celeridade aos processos de aprovação dos projetos, cadastrar as famílias que fazem parte das estatísticas do déficit habitacional e buscar áreas que possam ser aproveitadas para a construção de empreendimentos populares. Segundo os prefeitos, regiões como Ponta da Fruta e Barra do Jucu, em Vila Velha, e o eixo da BR-101, em Cariacica, já provocam interesse.

## O que eles acham do pacote



### Dinheiro na mão

**JOSÉ LUIZ KFURI**  
consultor imobiliário

“Se vier do jeito que está sendo ventilado pela imprensa, sem dúvida que é uma boa. A principal vantagem desse pacote é que o dinheiro vai direto para quem vai produzir e para quem vai comprar. Vai atender muito bem à Serra, à Vila Velha, à Cariacica e ao interior do Estado. Em Vitória fica mais difícil. O custo das poucas áreas existentes são elevados”.



### Divisão igual

**CONSTANTINO DADALTO**  
diretor do Sinduscon-ES

“Nesse momento de crise, uma medida como essa é importante. Para se ter uma ideia, em média, o valor gasto no pós-compra com mobília, pequenos reparos e reformas, se equivale ao valor pago na compra do imóvel. O governo só precisa tomar o cuidado para que os benefícios do pacote cheguem a todas as empresas e não só às grandes construtoras”.

## “ECONOMIA FICARÁ PARADA NESTE ANO”

### Análise

**ANTONIO SAADE**  
professor do departamento  
de Economia da Ufes

■ ■ Quando esse pacote habitacional começou a ser discutido pelo governo e divulgado pela imprensa, ainda em dezembro, falava-se que, empurrado pelo pacote, o Produto Interno Bruto Brasileiro (PIB) cresceria 4%, em 2009. Hoje eu diria que essa expansão é impossível, e o próprio governo já sabe disso. Economistas do Planalto já afirmam que o país deve crescer 1,5%, outros analistas falam em estagnação, ou seja, a economia

vai ficar parada este ano, não vai crescer nem encolher. É importante frisar que isso não tira a importância do pacote. Sem ele, podemos ter um resultado pior do que o que está sendo especulado. Em um momento como este, de crise aguda, o governo precisa agir e, principalmente, investir. O Estado precisa ser um indutor da economia. O PIB desacelerou fortemente no último trimestre, para crescermos, pelo menos um pouquinho, o governo precisa mesmo se esforçar e arregaçar as mangas. No caso do financiamento da habitação, a geração de emprego e renda será grande. Sem dúvida é uma boa iniciativa.

## Conselho discute uso do FGTS

BRASÍLIA

■ ■ O Conselho Curador do FGTS tem reunião extraordinária marcada para hoje. Em pauta, as medidas que compõem o pacote habitacional, previsto para ser anunciado amanhã.

Até a tarde de ontem, havia uma “divergência de números” entre os técnicos do governo em relação às fontes de recursos que serão utilizadas para operacionalizar as medidas.

A previsão é de que haja recursos do Orçamento Geral da União para subsidiar financiamentos habitacionais de famílias com renda mensal de até três salários mínimos e outra parcela de recursos do orçamento e do FGTS para subsidiar famílias com renda entre três e dez salários mínimos.